

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CIPEAD
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LOURDES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO – CONHECER PARA DESENVOLVER INTERVENÇÃO

**CRUZEIRO DO OESTE
2014**

LOURDES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO DO CAMPO – CONHECER PARA DESENVOLVER INTERVENÇÃO

Trabalho Monográfico apresentado à
Universidade Federal do Paraná - Setor
Litoral como requisito para a obtenção de
certificado do Curso de Especialização em
Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Liliani Tiepolo

**CRUZEIRO DO OESTE
2014**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos. As pessoas mais importantes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, e por mais esta oportunidade em poder ampliar meus conhecimentos na área da Educação do Campo.

Aos meus pais, por tudo que me ensinaram e por acreditar na minha capacidade de vencer.

À Professora Tutora Fabiana, por sua sabedoria em nos acompanhar e orientar no desenvolvimento das atividades de cada Módulo estudado.

Aos meus colegas professores e funcionários do Colégio Estadual do Campo Carbonera - Ensino Fundamental e Médio, pelo incentivo e colaboração nesta realização.

Aos colegas do curso de Especialização em Educação do Campo, pólo de Cruzeiro do Oeste, pelo companheirismo.

À Professora Tutora Liliani Marília Tiepolo por sua paciência e capacidade, em orientar os passos para elaborar este trabalho de conclusão de curso.

Escola é
... o lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.
O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte, como colega, amigo, irmão.
Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade. É criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se “amarrar nela”! Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos educar-se, ser feliz.

SANTOS, L. **Educação do Campo** – Conhecer para desenvolver Intervenção, 2014. Monografia (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná Litoral.

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo pesquisar sobre a origem e desenvolvimento da educação brasileira, perfazendo caminhos através de legislações até chegar o período cujo desafio foi à implantação no território nacional da modalidade da Educação Básica a Educação do Campo. Verifica-se que a Educação no Brasil teve sua origem por volta do ano 1534, com os padres jesuítas que tinham como meta propagar os princípios de obediência à igreja Católica por meio da catequização dos indígenas. Nos cinco séculos de história do desenvolvimento do país, avanços significativos foram sendo construídos como o direito das mulheres estudarem. A última conquista relevante no campo educacional para o povo brasileiro foi a Constituição Federal de 1988, a qual defende que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que tem como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas e na sequência a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Nº. 9396 em 1996, a que também reafirma os direitos fundamentais. Após esse marco histórico, Decretos e Pareceres relacionados à educação foram aprovados e por ultimo as Diretrizes Nacionais da Educação do Campo. O presente trabalho teve por objetivo fazer um resgate histórico da educação brasileira com ênfase na Educação do Campo. Por fim, considera-se ainda, que servirá como documento orientador para as ações educacionais a serem desenvolvidas no Colégio Estadual do Campo Carbonera - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Distrito Carbonera, município Maria Helena, sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Umuarama no Estado do Paraná.

Palavras-Chave: educação, resgate histórico, direitos fundamentais e educação do campo.

SANTOS , L. **Field Education**: Knowing to develop Intervention , 2014. Monograph (Specialization in Rural Education) 29p. - Federal University of Paraná Coast.

ABSTRACT: The present study aimed to research the origin and development of Brazilian education, making paths through legislation to reach the period where the challenge was to introduce in the national territory the modality of Basic Education to Rural Education. It appears that education in Brazil originated around the year 1534, with the Jesuits who had a goal to propagate the principles of obedience to the Catholic Church through religious education for the natives. In the five centuries of history of the development of the country, significant advances have been constructed such as women's right to study. The last important achievement in the educational field for the Brazilian people was the Constitution of 1988, which argues that education is everyone's right and the duty of the State and the family. The right to education is part of a set of rights called social rights, which are inspired by the value of equality between people and the Law of Guidelines and Basis of National Education, no. 9396 in 1996, which also reaffirms the fundamental rights. After this milestone, Decrees and opinions related to education were approved and finally those of the National Guidelines for Rural Education. This work aims at a historical survey of Brazilian education, with emphasis on Rural Education. Finally, it is considered also to serve as a guiding document for educational activities to be undertaken in the Rural State High School Carbonera - Elementary and Secondary Education, located in Carbonera district, municipality Maria Helena, under the jurisdiction of the Regional Center of Education Umuarama in Paraná State.

Key-words: Education, historical review, fundamental rights and rural education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1 A Educação no Brasil: Considerações Históricas	9
2.2 Período Velha República	11
2.3 Período República Nova	12
2.4 Década anos setenta	13
2.5 Década anos noventa	13
2.6 Educação do Campo: Cenário Nacional	15
2.7 Educação do Campo: Uma Política Pública no Estado do Paraná	18
3 MATERIAIS E MÉTODOS	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5 CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS.....	20
ANEXO I.....	22
ANEXO II.....	23

INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer deste trabalho está pautado na retomada dos assuntos estudados nos respectivos Módulos do Curso de Especialização em Educação do Campo - Modalidade Educação à Distância, ofertado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR da Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD e Coordenadoria de Integração de Políticas de Educação a Distância – CIPEAD, Setor Litoral. Para o desenvolvimento, buscou-se realizar um resgate histórico da educação brasileira, por meio de estudos e análise de leis, textos oficiais, decretos, pareceres, documentos e produções científicas, perpassando por períodos, até chegar às legislações que abordam a temática Educação do/no Campo.

Na sequência foram retomados os objetivos do “Projeto Integrado e Participativo da Educação do Campo Transformando a Realidade”, elaborado no decorrer do curso, e da Identificação de atuações, cujos resultados finais serão propor ações por meio das fundamentações teóricas a serem desenvolvidas no Colégio Estadual do Campo Carbonera – Ensino Fundamental e Médio, cuja finalidade será fornecer suporte técnico aos docentes por meio de estudos e discussões sobre o tema “Educação do Campo”, seguido da expectativa, que após se apropriar de conhecimentos relacionados a Educação do Campo, possam trabalhar o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula de forma interdisciplinar, paralelo com as orientações das Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica do Estado do Paraná e Nacional, bem como idealizar e desenvolver projetos com a temática Educação do Campo contemplando os alunos e a comunidade escolar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A Educação no Brasil: Considerações Históricas

Para abordar o tema Educação do Campo, primeiramente foi feito um retrospecto da educação no cenário nacional, sua origem e desenvolvimento.

Verificou-se que segundo Cotrim (1979), a história registra que o marco da educação no Brasil, se deu com a chegada de um pequeno grupo de missionários jesuítas, sob a liderança do padre Manoel da Nóbrega, os quais eram membros da

Companhia de Jesus, fundada em 1534, por Inácio de Loyola¹, que para contrapor o avanço do protestantismo, decididos a lutar em prol do catolicismo utilizavam o processo educacional como uma grande arma. Com esses objetivos, junto à comitiva do primeiro Governador Geral do Brasil Tomé de Souza desembarcaram no Estado da Bahia no ano de 1549. Após se instalar em terras brasileiras fundou no estado da Bahia uma escola de nível elementar, onde o padre Vicente Rodrigues foi designado para lecionar tornando-se assim o primeiro professor do Brasil.

Na sequência no ano de 1553, acompanhados pelo Segundo Governador Geral, Duarte da Costa, um segundo grupo de jesuítas chegou ao Brasil, o qual se juntou ao padre Manoel da Nóbrega e a obra educativa dos jesuítas. Além do estado da Bahia alcançaram os estados de São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 1570, a Companhia de Jesus já contava com oito estabelecimentos de ensino, sendo cinco escolas de nível elementar, atual Ensino Fundamental e três escolas de nível médio, e por mais de dois séculos entre os anos 1549 a 1759 deteve o monopólio do setor educacional em terras brasileiras (COTRIM, 1979).

De acordo com Cotrim (1979, p. 261):

Durante este período da nossa história, a sociedade brasileira estava estruturada da seguinte maneira: no alto da pirâmide social, vamos encontrar os senhores de engenho, proprietários de imensas áreas de terra onde se explorava a agricultura canavieira; no meio da pirâmide, vamos encontrar certos setores do clero, pequenos proprietários de terra e os comerciantes; na base da pirâmide, encontramos os escravos negros, cuja mão de obra na lavoura sustentavam a economia colonial, os quais devido ao árduo trabalho, ainda na condição de escravos foram chamados “os pés e as mãos dos senhores de engenho”.

Verifica-se que a missão dos jesuítas se destinava a catequizar os indígenas, todavia, com o decorrer nos anos os ideais catequéticos foram se distanciando e passou-se a tarefa de educar a classe dominante, para os filhos de alguns colonos brancos ensinando-os a ler, escrever e contar e na sequência ministravam exclusivamente instrução de nível médio, e ainda, tinha-se o objetivo de preparar o aluno para a carreira eclesiástica.

¹ A Companhia de Jesus cujos membros são conhecidos como jesuíta, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional.

Para aquele que não escolhia seguir a carreira eclesiástica, seguiam para a metrópole portuguesa, a fim de cursar a Universidade de Coimbra, e geralmente voltavam com o título de advogado. Neste período as mulheres não tinham a oportunidade de estudar, sua tarefa era a direção dos serviços domésticos das imensas casas-grandes (COTRIM, 1979).

Ainda segundo Cotrim (1979, p. 262):

É interessante notarmos que este tipo de educação, ministrada pelos jesuítas, não tinha nenhuma utilidade prática para a vida da Colônia. Formavam-se pessoas totalmente desvinculadas das habilidades manuais e agrárias em que se baseava a estrutura das atividades econômicas da época. Em outras palavras, formavam-se indivíduos marginalizados do meio social em que viviam, e por isso, incapazes de reformulá-lo. Quem eram esses indivíduos? Eram os advogados, em uma terra sem justiça, onde os conflitos de interesse se resolviam, pela interferência arbitrária do senhor do engenho; eram os sacerdotes, em uma terra que se esquecia dos mais elementares princípios de caridade e humanismo cristão, em relação a imensa população, dos trabalhadores escravos. Era por isso mesmo que o filho primogênito, a quem se destinava a tarefa futura de substituir o senhor do engenho na direção da família patriarcal, permanecia quase sempre alheio ao processo educacional.

É diante desse contexto histórico que se constata, que no Brasil o processo de exclusão social relacionado ao direito à educação sempre esteve presente e percebido como algo “natural”. Na atualidade fazer referência a este processo de exclusão nos leva a perceber que a resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda se beneficiam com a exclusão social e com a falta de oportunidade dos estudantes brasileiros, em cursar uma Universidade.

Há décadas a oportunidade dos filhos das classes trabalhadoras em cursar uma faculdade de medicina lhe foi sucumbida. Hoje estamos frente a uma inédita realidade. Para atender a demanda o Governo Federal nos últimos meses está importando profissionais médicos. Essa realidade poderia estar sendo escrita de forma diferente, se por volta dos anos 70, 80 e 90 tivesse sido ofertado mais oportunidade aos jovens brasileiros para estudar medicina.

2.2 Período da Velha República

Verifica-se que segundo Cotrim (1979), a partir do ano 1915 surgiu uma campanha nacionalista empenhada na difusão do processo educacional, cujo objetivo era o incremento das atividades da escola primária, a escola popular.

Resumia-se num movimento cívico patriótico, liderado por Olavo Bilac, cujo movimento se mostrava preocupado em debater o analfabetismo, promover a valorização da língua pátria, enriquecer os quadros das forças armadas e combater a estrangeirização no Brasil. Constituía-se num movimento entusiasmado pela educação do povo, pois se entendia que a ignorância era a única e verdadeira causa de todas as crises e só existia um caminho para enfrentá-la: a educação em massa, a única chave para solucionar os problemas sociais, econômicos e políticos.

Após o ano de 1920 surgiu na história da educação brasileira um movimento renovador, o qual ficou conhecido como *escola nova*, liderado pelos brilhantes educadores entre os quais se destacaram Anísio Teixeira no Estado da Bahia, Fernando de Azevedo e Carneiro Leão no Distrito Federal e Lourenço Filho no Ceará, movimento este de ordem internacional, cujas bases filosóficas se pautavam nos progressos obtidos pela Psicologia, Biologia e outras ciências aplicadas no campo da educação. Neste período se difundiu a rede escolar nas cidades e no campo, acolhendo um crescente número de pessoas, onde os educadores puderam constatar que a educação estava sendo ministrada às crianças das mais variadas procedências e diversidades, porém essa escola nova não conseguiu dar continuidade em suas ações pelo fato de haver a necessidade de mudanças significativas e qualitativas no sistema educacional de ensino, tendo como um dos obstáculos, o tradicionalismo de certos educadores (COTRIM, 1979).

2.3 Período da República Nova

Ainda de acordo com Cotrim (1979), neste período no campo educacional ocorreu a criação do Ministério de Educação e da Saúde, que de forma ordenada assumiram a responsabilidade pelos destinos do ensino brasileiro. Seu primeiro ministro foi Francisco Campos, que organizou o estatuto da Universidade Brasileira, estabelecendo para sua criação a quantia mínima de três institutos, dentre os quais, Direito, Medicina e Engenharia e no lugar de um deles a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Com a Constituição Federal de 1934 e, posteriormente, a de 1937, começou-se a refletir sobre as ideias pedagógicas do movimento escola nova, em que todos os brasileiros tinham o direito de receber uma educação elementar, ministrada pela família e pelos poderes públicos (1934), bem como, o ensino técnico e profissionalizante (1937).

Na sequência, a Constituição Liberal de 1946 aprovou a liberação de um estatuto que estabeleceu as diretrizes e bases do ensino brasileiro. Em 20 de dezembro de 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases Nº. 4024, a qual assegurava o direito à educação, cujo Artigo 2º contemplava que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.” Sendo criado também, o Conselho Federal de Educação (COTRIM, 1979).

2.4 Década anos setenta

Na década dos anos setenta foi aprovada para o cenário nacional a Lei Nº. 5.692 - de 11 de agosto de 1971, a qual fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Em seu Artigo 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (COTRIM, 1979).

2.5 Década anos noventa

Após aprovação da Constituição de 1988, o processo de democratização no país foi sendo estabelecido com o compromisso do Estado e sociedade em promover a educação para todos com o respeito à diversidade e singularidades culturais e regionais. Constata-se, que nesse sentido iluminado pelo valor da igualdade entre as pessoas, o direito à educação foi consagrado pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, como um direito social. No Artigo 6º da CF/88, fica claro que o Estado passou formalmente a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. Verifica-se, que o Poder Público não é o único responsável pela garantia desse direito. Conforme previsto no Artigo 205 da Constituição Federal, a educação também é dever da família e à sociedade cabe promover, incentivar e colaborar para a realização desse direito (BRASIL, 1988).

Especificamente, em relação às crianças e aos adolescentes, tanto a Constituição Federal no Artigo 227, CF/88 como o Estatuto da Criança e do Adolescente da Lei 8.069/9, em seu Artigo 4º prevêm que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos fundamentais desses sujeitos, e aí se inclui a educação, com absoluta prioridade (BRASIL, 1988; ECA, 1990).

Em suas modalidades, a educação básica compreende a Educação Infantil, é a primeira etapa da Educação Básica que tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade com efetivo preparo para o ingresso no ensino fundamental, o qual tem por objetivo efetivar a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (BRASIL, 1996).

A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade, tendo em vista a aquisição dos conhecimentos, a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca que se assenta à vida social (BRASIL, 1996).

O ensino médio por sua vez, visa possibilitar a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a fim de facilitar o prosseguimento de estudos, a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, e o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina. A Educação Técnica de Nível Médio visa à preparação para o mercado do trabalho, e facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida no estabelecimento de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (BRASIL, 1996).

A Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, onde os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

A Educação profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidade de educação, e as

dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. A Educação Especial se constitui numa modalidade da Educação Escolar, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para educados portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996).

Já a Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando e sendo pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo (CURITIBA, 2005).

Na organização do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Constitui-se, em um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional.

2.6 Educação do Campo: Cenário Nacional

Segundo Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente nas expressões “gente da roça não carece de estudos” e, “isso é coisa de gente da cidade”.

Observa-se que a atenção com a educação dos povos do campo sempre esteve presente nos planos governamentais, mas não se levava em conta as necessidades das pessoas que residiam na zona rural, principalmente os situados em regiões distantes.

Nos anos 80, ao ser dado início a redemocratização no Brasil, e com participação popular, com garantia de direitos e conquistas de espaços que assegurem o direito de expressão, a Constituição de 1988 possibilitou a participação dos cidadãos na elaboração de políticas públicas, garantindo à educação um marco significativo, conforme o Artigo 205, o qual estabelece:

Art. 205. A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art.205).

Prosseguindo, verifica-se ainda que a Constituição de 1988 consolida o Estado Democrático de Direito, cujo objetivo é a garantia do exercício dos direitos quer sociais, individuais, garantir a liberdade, segurança, o bem-estar, desenvolvimento, igualdade e a justiça. Em sua elaboração houve participação dos movimentos sociais, e essa participação tornou a Constituição de 1988 democrática, partindo do princípio que democracia é o governo do povo, é necessária a efetiva participação desses nas decisões. Em relação à educação seu Art. 206, ela preconiza princípios a serem seguidos:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, foram elaboradas e sancionadas reformas educacionais, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9394/96, na qual se conquista o reconhecimento da diversidade e singularidade do campo, com as seguintes normas para a educação do meio rural:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Em 1988 foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica nas Escolas no e do Campo, numa parceria entre a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para

o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Universidade de Brasília (UnB), e o seu relatório final apontou o desafio de pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar a família e o trabalho. (Conferência Nacional: Por uma Educação do Campo, 1988).

A II Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo” realizada em 2004, no seu relatório final reivindica “Uma Política Pública de Educação no e do Campo, universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no campo, à Educação Básica de qualidade social, por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas” conforme a seguir:

O fim do fechamento arbitrário de escolas no campo; construção de escolas no e do campo; acesso imediato à educação básica (Educação Infantil, Fundamental e Médio); construção de alternativas pedagógicas que viabilizem com qualidade a existência de escolas de educação fundamental e de ensino médio no próprio campo; educação de jovens e adultos (EJA) apropriada à realidade do campo; políticas curriculares e de escolha e distribuição do material didático-pedagógico que levem em conta a identidade cultural dos povos do campo. Toda essa diversidade de coletivos humanos apresenta formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência, tecnologias, valores, culturas... A educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e no projeto político-pedagógico da Educação do Campo, como por exemplo, a pedagogia da alternância (II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

Após 20 anos, em 2008, foi estabelecido o Pacto para o Desenvolvimento da Educação do Campo, um compromisso institucional partilhado entre o Ministério da Educação (MEC), o Conselho de Secretários de Estado da Educação (CONSED) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), na perspectiva do fortalecimento do regime de colaboração, para reafirmar e renovar os compromissos em favor do desenvolvimento da Educação do Campo no Brasil no contexto atual, no qual preconiza que disposto na Resolução CEB/CNE nº. 2, de 28 de abril de 2008:

A Educação do Campo compreende a educação básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

2.7 Educação do Campo: Uma Política Pública no Estado do Paraná

A Educação do Campo no Estado do Paraná é uma política pública de Estado e se apresenta como uma expressão da política nacional que tem por objetivo promover o resgate da dívida histórica social, frente à obrigatoriedade da oferta de educação para toda a população.

Como documento norteador para o desenvolvimento dessa política pública, pode se destacar a Carta de Porto Barreiro, de novembro de 2000, que resultou da II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo, que contou com a participação de professores, universidades, dirigentes municipais, sindicatos, Movimentos Sociais, entre outros e, apresenta demandas da realidade paranaense para o desenvolvimento de Políticas Públicas da Educação do Campo. A Carta do Paraná, resultado do II Seminário Estadual de Educação do Campo do Paraná, de Abril de 2005, que contou com a participação de membros da SEED, das Instituições de Ensino Superior, dos movimentos e organizações sociais, entre outros, que reúne e apresenta demandas às Políticas Públicas Educacionais voltadas aos sujeitos do campo. O manifesto da Educação do Campo no Estado do Paraná é um documento elaborado coletivamente, durante o VI Simpósio Estadual da Educação do Campo (abril de 2010), é composto por um panorama histórico da Educação do Campo no Estado e por propostas de políticas públicas educacionais para os povos do campo. (V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA APP SINDICATO, 2010).

MELLO (2004), afirma que a função da escola será cada vez mais a de constituir significados sobre as informações e os conhecimentos, sejam aqueles que as instituições escolares já detém, sejam aqueles ao qual o aluno vai ascender cada vez mais e por outros meios, ou seja, é o desenvolvimento da interação cotidiana entre a escola e o aluno. Assim sendo, cabe aos docentes da Educação do Campo elaborar seus respectivos Planos de Trabalho Docente – PTD, observando os objetivos e justificativas com no propósito de transmitir o ensino com base nos saberes e valores que o aluno do campo trás consigo, e ensinar, construir significados os quais facilitará aos alunos a apropriação de novos conhecimentos.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para este trabalho, utilizaram-se os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica por meio de consultas em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos e documentos relativos aos eventos relevantes na área de Educação e Educação do Campo. Também se buscou por documentos legais tais como leis, decretos, normas e diretrizes. O plano de intenção foi o de fornecer para os docentes do Colégio Estadual do Campo Carbonera – Ensino Fundamental e Médio, Distrito Carbonera, Município Maria Helena, materiais de apoio com ênfase na Educação do Campo, para facilitar na docente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fazer este estudo, optou-se por realizar pesquisas em fontes como livros, publicações e documentos disponíveis na internet, perpassando por períodos que demarcaram a homologação das Constituições Federal, 1934, 1937, 1946, 1988, I e II Conferências Nacional da Educação e da Educação do Campo, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB Nº. 9395/96, e a normatização da Educação do Campo no Brasil e para finalizar foi apresentado o panorama da Educação do Campo no Paraná,

Ressalta-se, ainda, a importância do trabalho organizado em forma de anexo para disponibilizar aos docentes relações de Leis, Decretos, Diretrizes, Instruções, Pareceres, Regimento e Resoluções, dentre outros, para estudos nos momentos de hora atividade, e em reuniões pedagógicas, cujo objetivo será o de contemplar nos Planos de Trabalho Docente das respectivas disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, a temática Educação do Campo, para ser trabalhado o ensino para valorizar a ciência do campo e como idealizar e desenvolver projetos no Colégio Estadual do Campo Carbonera – Ensino Fundamental e Médio, visando contemplar a diversidade e valorizar as raízes do homem do campo.

Finalizando pode-se destacar a importância da Educação do Campo para os povos que lá residem, e o valor das ações dos docentes ao desenvolver o trabalho pedagógico que é de fundamental importância na transmissão do conhecimento, e da consciência política do(a) aluno(a), da escola do campo para que estes se sintam valorizados e reconhecidos.

5 CONCLUSÃO

Ao realizar a presente pesquisa bibliográfica, foram percorridos caminhos que contribuíram efetivamente para a capacitação e formação profissional como técnica pedagoga.

Iniciou-se com o objetivo de fazer um resgate histórico da educação brasileira seguido da Educação do Campo no Brasil e das políticas públicas educacionais da Educação do Campo em nível de nação e de Estado, o Paraná.

Ao realizar o presente trabalho, constatou-se o que, previamente, se tinha conhecimento de que a população brasileira que reside nos locais mais longínquos, mesmo com a garantia de direitos fundamentais, entre eles à educação básica, uma Educação do Campo com qualidade, ainda permanecem às margens do descaso das políticas públicas educacionais.

Por fim, considerou-se ainda, que este trabalho servirá como documento orientador para as ações educacionais no Colégio Estadual do Campo Carbonera - Ensino Fundamental e Médio, principalmente para aqueles que desejam seus conhecimentos relacionados à Educação no/do Campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394)**. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/diretrizes-operacionais-para-a-educacao-basica-nas-escolas-do-campo/view> Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº. 2, de 28 de Abril de 2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf Acesso em: 26 mar. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1**, Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo. SEED, Curitiba, 2010.

CADERNO DE RESOLUÇÕES. **V Conferência Estadual de Educação da APP Sindicato 2010**. Disponível em:

file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/51_Caderno_de_resolucoes_V_Conferencia.pdf. Acesso em: 26 mar. 2014.

Cadernos temáticos: **Educação do Campo/Paraná**. Secretaria de Estado da Educação, superintendência da Educação. Departamento de ensino Fundamental. – Curitiba: SEED-PR, 2005. – 72vp.

COTRIM, Gilberto V. **Fundamentos da Educação**: História e filosofia da educação. São Paulo: Saraiva 1979.

FREIRE, P. O diário na escola. **Educando a criança, formando o cidadão**. Disponível em: <http://blogs.odiarrio.com/odiarionaescola/tag/paulo-freire/>. Acesso em: 14 mar., 2014.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: Urbanizações e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MELLO, G. N. **Educação Escolar Brasileira**: o que trouxemos do século XX? Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAGLIA, E. C. **Práticas Pedagógicas em Educação do Campo**. Organização: Edmilson Cezar Paglia et al. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.

PARANÁ. Edição comemorativa 2010: **Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Complementar para a proteção Integral de Crianças e Adolescentes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.

I Conferencia Nacional: **Por uma Educação do Campo**: Texto Base. BSA, 1988. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149798porb.pdf> Acesso em: 23 mar. 2014.

II Conferência Nacional por uma Educação do Campo. **Declaração Final**, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/1418/1432>. Acesso em: 23 mar. 2014

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1976.

ANEXO I

Educação do Campo: Legislação e Documentos Nacionais

1. Lei e Diretrizes de Base da Educação Nacional, Nº. 9394/96, em particular o Art. 28, ao estabelecer que: “Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região”.
2. Resolução CNE/CEB Nº. 01, de 03 de Abril de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a serem observadas nas propostas das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.
3. Resolução CNE/CEB, Nº 02 de 28 de Abril de 2008 que “Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”.
4. Decreto 6.040/2007 da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, em particular, o Art. 3º, Inciso V, que se refere à garantia e valorização das formas tradicionais de educação dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.
5. Parecer CNE/CEB Nº. 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
6. Resolução CNE/CEB Nº. 1, de 3 de abril de 2002 Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
7. Parecer CNE/CEB Nº. 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007 Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
8. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
9. Resolução CNE/CEB Nº. 2, de 28 de abril de 2008, Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento da Educação do Campo.

ANEXO II

Educação do Campo: Legislação Documentos do Estado do Paraná

1. Parecer CEE/CEB Nº 1011/10, aprovado em 06/10/10, sobre Normas e Princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo.
 2. Resolução Nº 4783/2010 – GS/SEED, que institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica.
 3. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, uma produção coletiva que envolveu educadores/as da Rede Estadual de Educação, membros da Secretaria de Estado da Educação, das Instituições de Ensino Superior, de lideranças dos movimentos e organizações sociais do Paraná, que contribui e orienta a organização do trabalho pedagógico nas Escolas do Campo do Paraná e na formação continuada de professores (as).
 4. Instrução Nº. 007/2010 - SUED/SEED - Instrui quanto à concepção de Projeto Político Pedagógico.
- Resolução Nº. 4783/2010 - GS/SEED - Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional.
5. Resolução Nº. 4783/2010 - GS/SEED - Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional.
 6. Resolução CNE/CEB Nº. 02, de 28/04/2008 Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
 7. Resolução Nº. 614/2004 de 17/02/2004 - Autoriza a implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá como mantenedor o Governo do Estado do Paraná. Resolução CNE/CEB Nº. 01, de 03/04/2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
 8. Parecer CEE/CEB Nº. 436/09 de 08/10/2009 - Implantação do ProJovem Campo - Saberes da Terra: Ensino Fundamental (Fase II) integrado à Qualificação Profissional - Arco Ocupacional: Produção Rural Familiar e o credenciamento de escolas certificadoras.